

# DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO DAS PESSOAS OCUPADAS NO BRASIL, DE 1992 A 2014, DESTACANDO AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS<sup>1</sup>

Rodolfo Hoffmann<sup>2</sup>  
Josimar Gonçalves de Jesus<sup>3</sup>

**RESUMO:** Usando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), analisa-se como evoluiu a distribuição do rendimento do trabalho entre pessoas ocupadas no Brasil, de 1992 a 2014, ressaltando as diferenças entre o setor agrícola e o não agrícola. Embora o rendimento médio tenha crescido um pouco mais no setor agrícola, ele permanece cerca de 40% mais baixo do que o do setor não agrícola. Houve queda da desigualdade nos dois setores, mas ela foi muito mais lenta no setor agrícola. São apontados possíveis determinantes das diferenças de comportamento das distribuições do rendimento nos dois setores. Finalmente, constata-se que enquanto no setor não agrícola a participação da desigualdade inter-regional na desigualdade total apresenta tendência decrescente, ela cresce no setor agrícola.

**Palavras-chave:** distribuição da renda, desigualdade, polarização, agricultura.

## EARNINGS DISTRIBUTION IN BRAZIL (1992-2014) HIGHLIGHTING AGRICULTURAL ACTIVITIES

**ABSTRACT:** Using data from a national household survey, the Brazilian earnings distribution is analyzed, from 1992 to 2014, comparing its behavior in the agricultural and the non-agricultural sectors. Even with the earnings mean increasing a little more in the agricultural sector, in 2014 it is still 40% lower than in the non-agricultural sector. Earnings inequality decreased in both sectors, but the change was much smaller in the agricultural sector. Possible determinants of behavior differences between the two sectors are discussed. Finally, it is shown that, while in the non-agricultural sector the contribution of inter-regional inequality to total inequality decreased, it increased in the agricultural sector.

**Key-words:** income distribution, inequality, polarization, agriculture.

**JEL Classification:** D31, J43, O15.

---

<sup>1</sup>Uma versão preliminar desse trabalho foi apresentada no 54º Congresso da SOBER, Maceió, agosto de 2016. Registrado no CCTC, REA-08/2016.

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo, Doutor, Professor Sênior da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ-USP), Piracicaba, Estado de São Paulo, Brasil (e-mail: hoffmannr@usp.br).

<sup>3</sup>Economista, Mestre, Piracicaba, Estado de São Paulo, Brasil (e-mail: josimar.jgi@gmail.com).

## 1 - INTRODUÇÃO

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) indicam que ocorreu substancial redução na desigualdade da distribuição da renda no Brasil de 1995 a 2014. Apesar disso, a desigualdade continua elevada. É importante procurar entender quais foram as características e os fatores condicionantes dessa redução da desigualdade, tendo em vista a sua continuidade.

O objetivo deste artigo é caracterizar a evolução da distribuição do rendimento das pessoas ocupadas no Brasil de 1992 a 2014, destacando o comportamento do setor agrícola. São analisados os dados referentes às pessoas ocupadas com rendimento positivo. Isso exclui, por exemplo, membros da família de agricultores familiares que trabalham sem remuneração explícita.

Considera-se, aqui, o que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) denomina “rendimento de todos os trabalhos”, ressaltando que se trata de todo o rendimento associado à ocupação da pessoa. No caso de um fazendeiro, por exemplo, essa remuneração deve incluir lucros e juros sobre o capital próprio. Em 1995-1996, o rendimento de todos os trabalhos correspondia a cerca de 82% de todo o rendimento declarado na PNAD. Essa participação caiu nos anos seguintes e se manteve perto de 76% ou 77% a partir de 2003. A queda dessa participação está associada ao crescimento das aposentadorias e pensões, cuja participação na renda total declarada estava pouco acima de 14%, em 1995-1996, e supera 19% desde 2003.

Toda a análise é feita usando os microdados da PNAD. Como até 2003 essa pesquisa não abrangia a área rural da antiga região Norte, os dados dessa área foram excluídos das PNADs de 2004 em diante. Além disso, foi utilizada uma amostra depurada, da mesma maneira que em artigo anterior de Hoffmann e Oliveira (2014), isto é, foram eliminadas da amostra as pessoas sem informação de escolaridade ou idade, os indígenas e as pessoas sem declaração de cor, as que

declararam tempo semanal de trabalho em todas as ocupações inferior a 15 horas ou superior a 98 horas e aquelas sem informação sobre posição na ocupação ou classificadas como “não remunerado”, “trabalhador na produção para o próprio consumo” ou “trabalhador na construção para o próprio uso”.

Todos os valores monetários foram colocados em reais de setembro a outubro de 2014. Os valores declarados na PNAD de 2014 não foram alterados, e os dos demais anos foram inflacionados com base na média geométrica dos valores do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) em setembro e outubro.

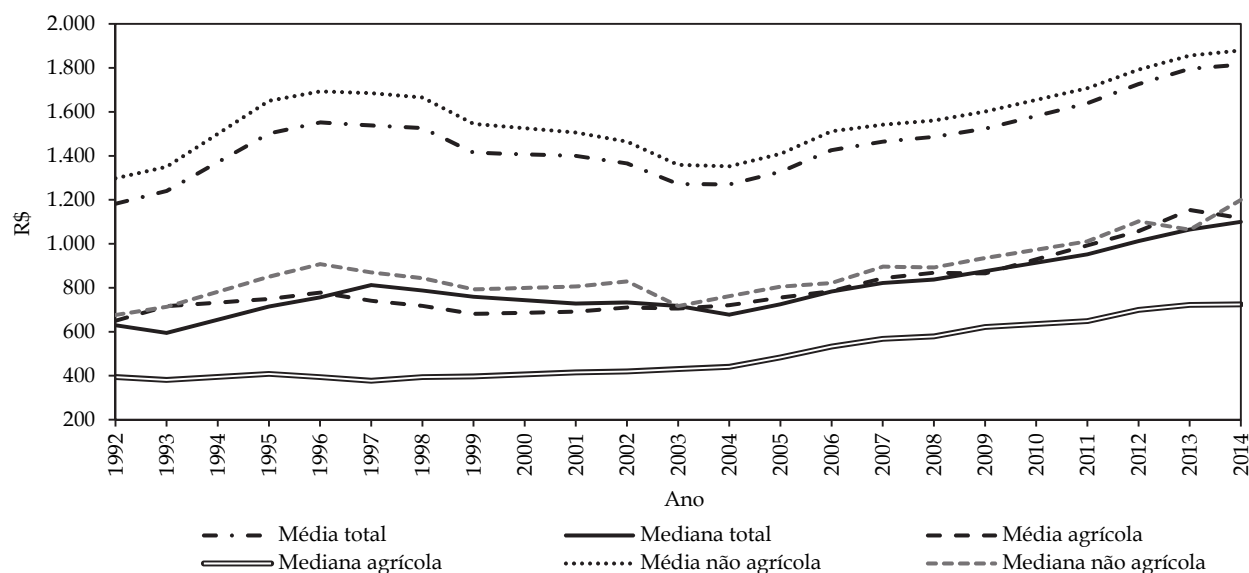
Sabe-se que nas pesquisas domiciliares há uma tendência de subdeclarar os rendimentos (HOFFMANN, 1988). Isso é confirmado pelos resultados recentes de Medeiros, Souza e Castro (2015a, 2015b), utilizando informações das declarações para Imposto de Renda. Além disso, deve-se ter em mente que a PNAD não levanta dados sobre o valor da produção para autoconsumo, que constitui parcela importante da renda real da agricultura familiar.

Na próxima seção, examina-se a evolução da média e da desigualdade da distribuição do rendimento entre pessoas ocupadas, de 1992 a 2014, sempre comparando o setor agrícola com o setor não agrícola. A terceira seção mostra a convergência das medidas de polarização da distribuição da renda nos dois setores. Na quarta seção, são analisados vários determinantes da redução da desigualdade, mostrando como o aumento da escolaridade e o crescimento real do salário mínimo afetaram diferentemente os setores agrícola e não agrícola. Antes das considerações finais, a quinta seção mostra que, enquanto no setor não agrícola a desigualdade inter-regional diminuiu, no setor agrícola ela cresceu.

## 2 - EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO E DA DESIGUALDADE

A figura 1 mostra a evolução dos rendimentos médios e medianos<sup>4</sup>. Como a grande maioria das

<sup>4</sup>Por limitação de espaço, não são apresentadas tabelas com as séries de valores, mas elas podem ser obtidas enviando e-mail para um dos autores.



**Figura 1** - Evolução da Média e da Mediana do Rendimento do Trabalho de Pessoas Ocupadas com Rendimento Positivo, Total, Setor Agrícola e Setor Não Agrícola, Brasil, 1992 a 2014.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE (1992-2014).

peças ocupadas está no setor não agrícola, o rendimento médio desse setor está sempre próximo da média geral. O fato de a renda média ser sempre substancialmente maior do que a mediana é indicador da forte assimetria positiva da distribuição. A razão entre o rendimento médio agrícola e o não agrícola era 0,5 em 1992, ficou abaixo disso de 1995 a 2002 e depois subiu, ficando próxima a 0,6 nos anos de 2012 a 2014.

O rendimento médio mais baixo no setor agrícola faz com que sua participação no rendimento total seja bem mais baixa que sua participação no número de pessoas ocupadas, como mostra a figura 2. Em 2014, na amostra depurada analisada, apenas 8,4% das pessoas ocupadas estão no setor agrícola, e elas ficam com somente 5,2% de toda a renda do trabalho. Uma vez que o número de pessoas ocupadas sem rendimento é relativamente maior no setor agrícola, quando se consideram todas as pessoas ocupadas, a participação do setor, em 2014, se eleva para 13,6%.

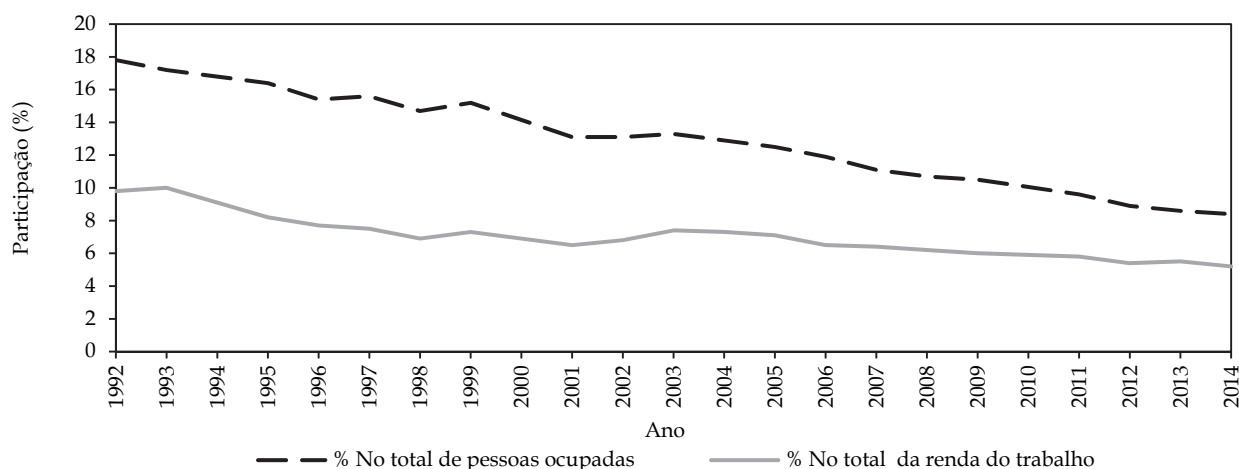
A figura 3 mostra a tendência de redução da desigualdade de rendimento do trabalho entre os setores agrícola e não agrícola a partir de 1999.

As figuras 4, 5 e 6 mostram como evoluiu a desigualdade da distribuição do rendimento entre

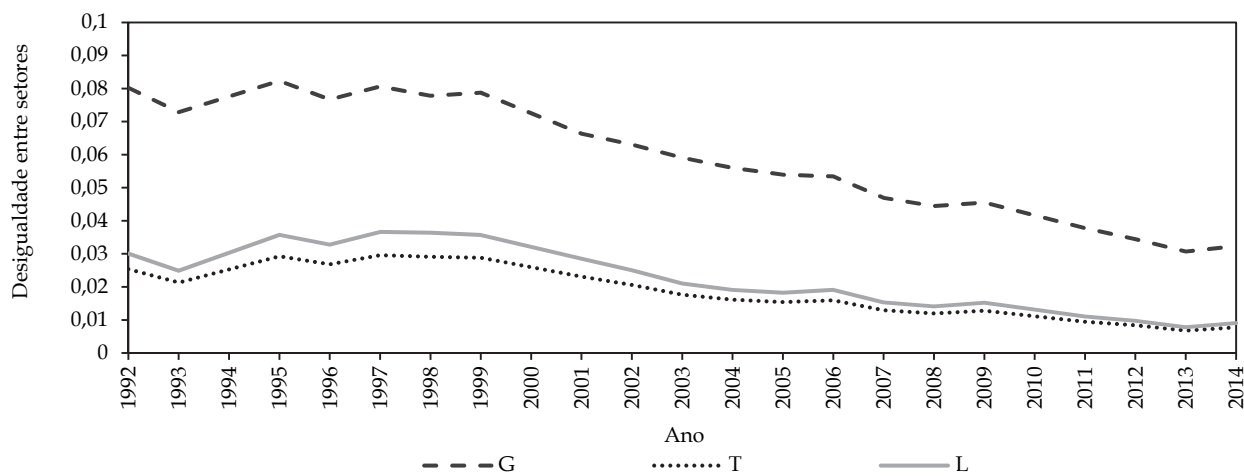
peças ocupadas. Como a amostra para o setor agrícola é menor, os respectivos resultados estão mais sujeitos a variação aleatória de amostragem. Mesmo assim, é evidente que a queda da desigualdade nesse setor foi mais lenta.

É interessante notar que, a partir de 2001, o índice de Gini e o L de Theil do setor agrícola passam a ser maiores do que os mesmos índices no setor não agrícola, mas no caso do T de Theil, que é mais sensível ao que ocorre na cauda superior da distribuição, o valor foi mais alto no setor agrícola durante todo o período analisado.

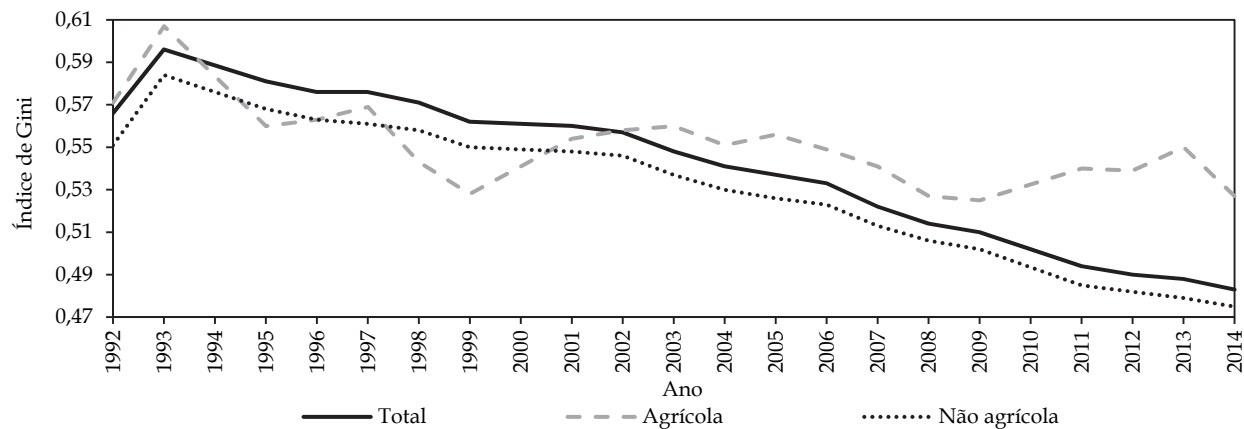
Embora a desigualdade tenha diminuído mais lentamente no setor agrícola, a contribuição da desigualdade dentro desse setor para a desigualdade total mostra tendência decrescente, devido à redução da participação desse setor no total de pessoas ocupadas e na renda total. Isso pode ser verificado por meio das medidas T e L de Theil, que são aditivamente decomponíveis. Até 1997, mais de 9% da desigualdade total medida pelo T de Theil correspondia à desigualdade dentro do setor agrícola; em 2014, essa participação ficou em 6,3%. No caso do L de Theil essa participação superou 14% até 1997 e foi de 10,8% em 2014. Uma vez que tanto a desigualdade entre os dois



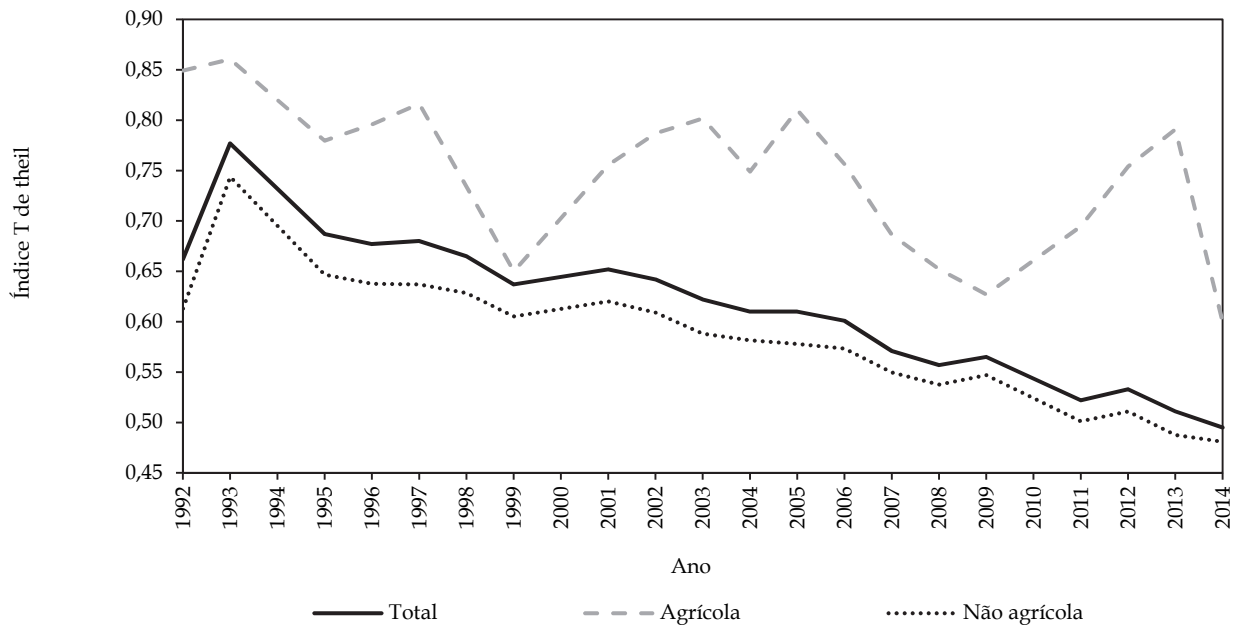
**Figura 2** - Participação do Setor Agrícola no Total de Pessoas Ocupadas e no Total Declarado da Renda de Trabalho, Brasil, 1992 a 2014.  
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE (1992-2014).



**Figura 3** - Evolução da Desigualdade entre o Setor Agrícola e o Setor Não Agrícola no Rendimento por Pessoa Ocupada, Índice de Gini (G) e as Medidas T e L de Theil, Brasil, 1992 a 2014.  
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE (1992-2014).

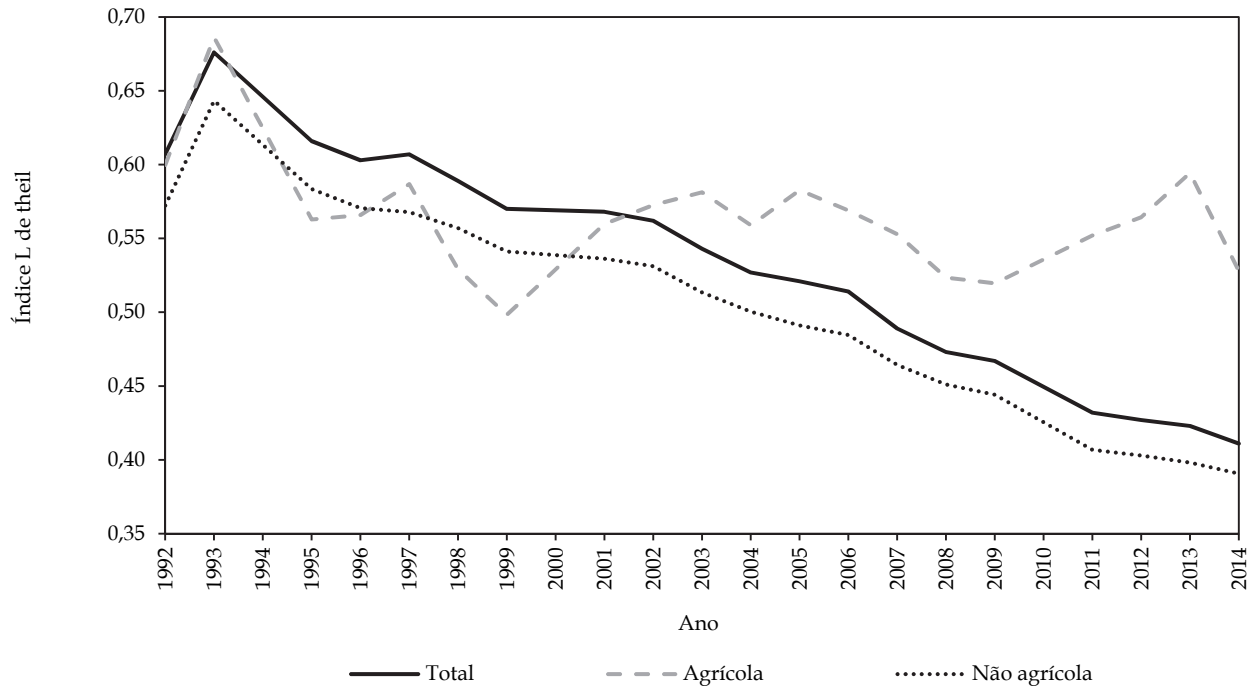


**Figura 4** - Evolução do Índice de Gini da Desigualdade da Distribuição do Rendimento do Trabalho por Pessoa Ocupada, Total, Setor Agrícola e Setor Não Agrícola, Brasil, 1992 a 2014.  
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE (1992-2014).



**Figura 5** - Evolução do Índice de T de Theil da Distribuição do Rendimento do Trabalho por Pessoa Ocupada, Total, Setor Agrícola e Setor Não Agrícola, Brasil, 1992 a 2014.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE (1992-2014).



**Figura 6** - Evolução do Índice L de Theil da Distribuição do Rendimento do Trabalho por Pessoa Ocupada, Total, Setor Agrícola e Setor Não Agrícola, Brasil, 1992 a 2014.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE (1992-2014).

setores como a desigualdade dentro do setor agrícola tem participação decrescente na desigualdade total, obviamente há tendência crescente da participação da desigualdade dentro do setor não agrícola.

A figura 7 mostra que no setor não agrícola a proporção da renda apropriada pela metade mais pobre cresce sistematicamente a partir de 1993, ao mesmo tempo em que a porcentagem da renda total apropriada pelo centésimo mais rico mostra tendência decrescente, ficando abaixo de 12% desde 2007. Nota-se o contraste com o que mostra a figura 8, com a mesma escala e com os mesmos indicadores para o setor agrícola: a tendência de crescimento da participação da metade mais pobre na renda total do setor é muito mais lenta e a porcentagem apropriada pelo centésimo mais rico fica quase sempre acima de 15%.

Observa-se, na figura 9, que a porcentagem da renda total apropriada pelo vigésimo mais rico é, durante todo o período analisado, substancialmente mais alta no setor agrícola do que no setor não agrícola, mostrando que a distribuição da renda no setor agrícola se destaca pela maior concentração no topo. Nota-se que nos dois setores essa porcentagem apresenta tendência decrescente, contribuindo para a redução da desigualdade da distribuição.

A evolução é muito diferente quando se considera a porcentagem da renda apropriada pelo quarto mais pobre. Nesse caso, como mostra a figura 10, enquanto no setor não agrícola essa porcentagem cresce de cerca de 4,5% para mais de 7,5%, no setor agrícola ela está próxima de 4,5%, tanto no início quanto no fim do período analisado.

### 3 - POLARIZAÇÃO

A comparação entre as distribuições da renda do trabalho nos setores agrícola e não agrícola também pode ser feita utilizando medidas da polarização da distribuição da renda. As medidas de bipolarização consistem, essencialmente, de um contraste entre a desigualdade entre dois grupos (um mais rico e outro mais pobre) e a desigualdade dentro dos gru-

pos. A polarização aumenta quando cresce a desigualdade entre os dois grupos e/ou diminui a desigualdade dentro deles. A polarização varia diretamente com o distanciamento entre os dois grupos e com a identidade dentro deles.

Sendo  $G$  o índice de Gini geral,  $G_e$  o índice de Gini da desigualdade entre a metade mais pobre e a metade mais rica,  $\mu$  a renda média e  $m$  a renda mediana, a medida de polarização de Wolfson pode ser definida como (HOFFMANN, 2008):

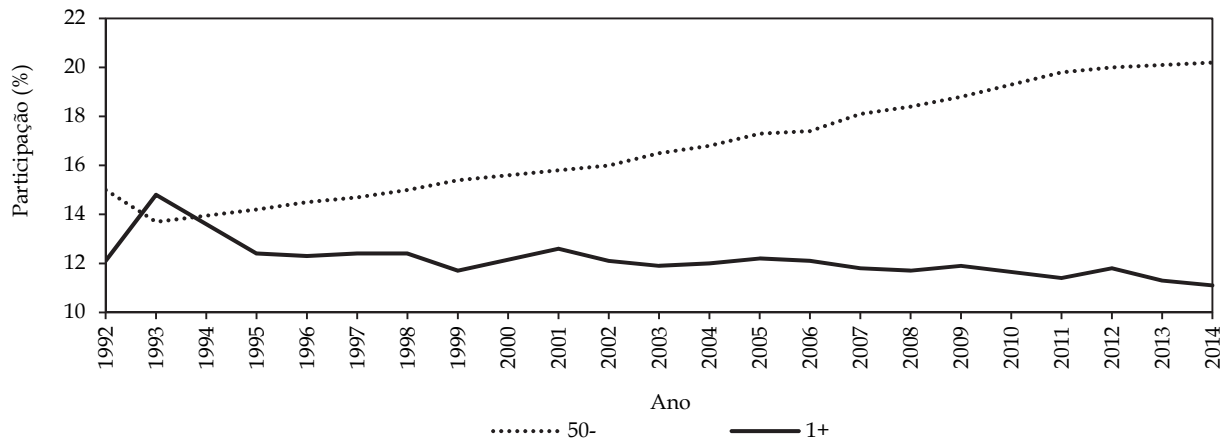
$$P_W = (2G_e - G) \frac{\mu}{m}$$

É utilizada, também, uma medida de polarização que contrasta o vigésimo mais rico com os restantes 95% da população. Seja  $T_{e95}$  o índice  $T$  de Theil da desigualdade entre esses dois grupos e seja  $T$  a correspondente medida da desigualdade geral. Então, essa medida de polarização é definida como o contraste entre a desigualdade entre os grupos ( $T_{e95}$ ) e a desigualdade dentro dos grupos ( $T - T_{e95}$ ):

$$P_{T95} = T_{e95} - (T - T_{e95}) = 2T_{e95} - T$$

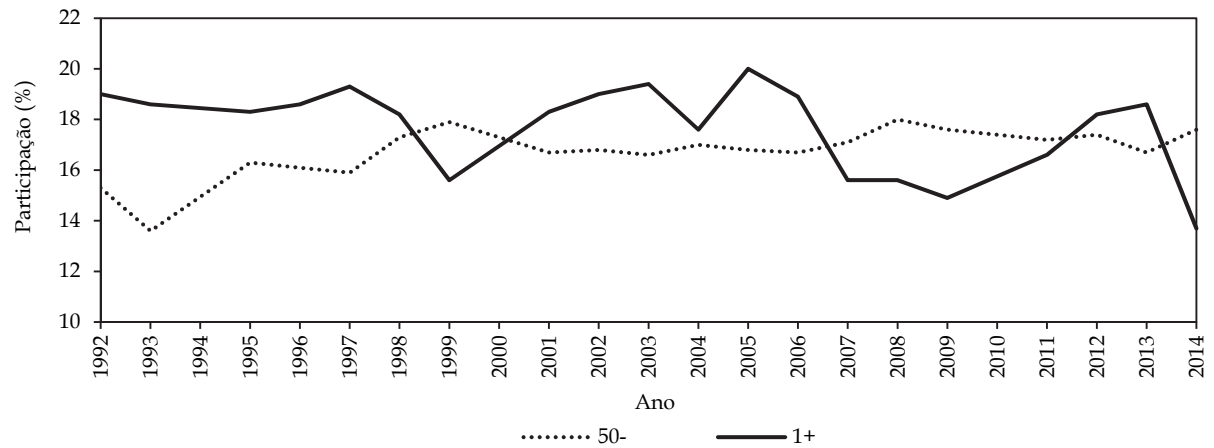
A figura 11 mostra que, medida pelo índice de Wolfson, a polarização foi substancialmente mais baixa no setor agrícola; mas como a polarização no setor não agrícola diminuiu mais rapidamente, os dois setores chegaram a um empate em 2014.

A figura 12 mostra por outro lado que, ao considerar a polarização baseada no  $T$  de Theil contrastando os 5% mais ricos com os 95% restantes, a polarização é quase sempre mais alta no setor agrícola, embora tenha caído mais rapidamente, de tal maneira que, nos últimos 3 anos, o nível de polarização nos dois setores se tornou semelhante.



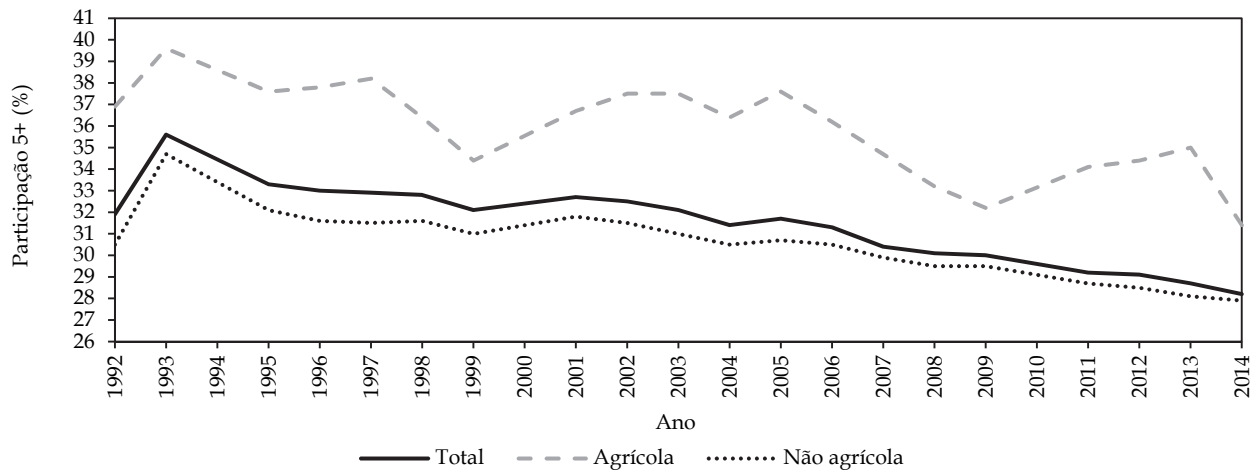
**Figura 7** - Evolução da Participação, na Renda Total, dos 50% Mais Pobres (50<sup>-</sup>) e do Centésimo Mais Rico (1<sup>+</sup>) no Setor Não Agrícola, Brasil, 1992 a 2014.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE (1992-2014).



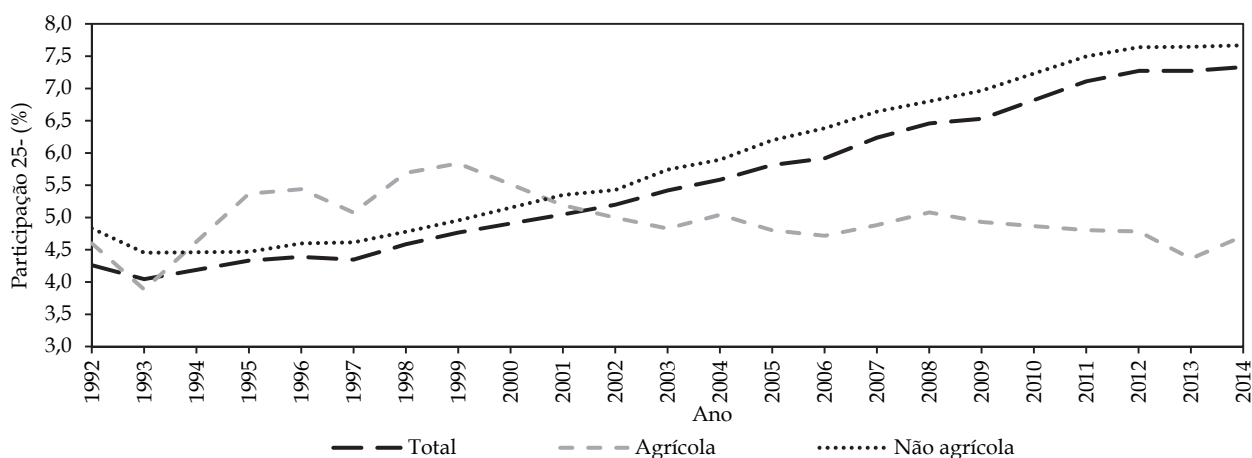
**Figura 8** - Evolução da Participação, na Renda Total, dos 50% Mais Pobres (50<sup>-</sup>) e do Centésimo Mais Rico (1<sup>+</sup>) no Setor Agrícola, Brasil, 1992 a 2014.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE (1992-2014).



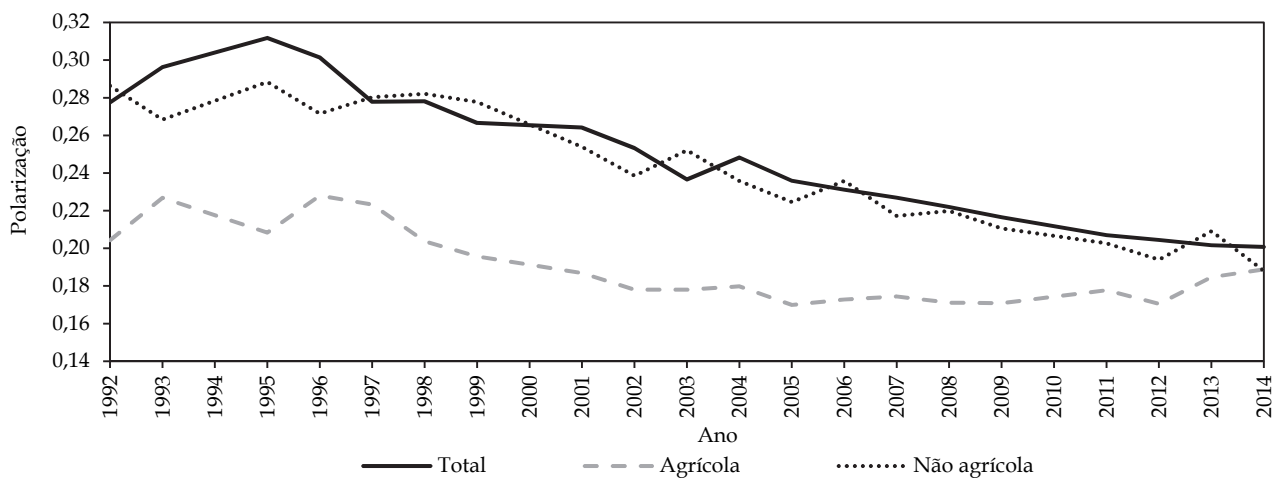
**Figura 9** - Evolução da Participação, na Renda Total, dos 5% Mais Ricos (5<sup>+</sup>) da Distribuição do Rendimento do Trabalho por Pessoa Ocupada, Total, Setor Agrícola e Setor Não Agrícola, Brasil, 1992 a 2014.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE (1992-2014).



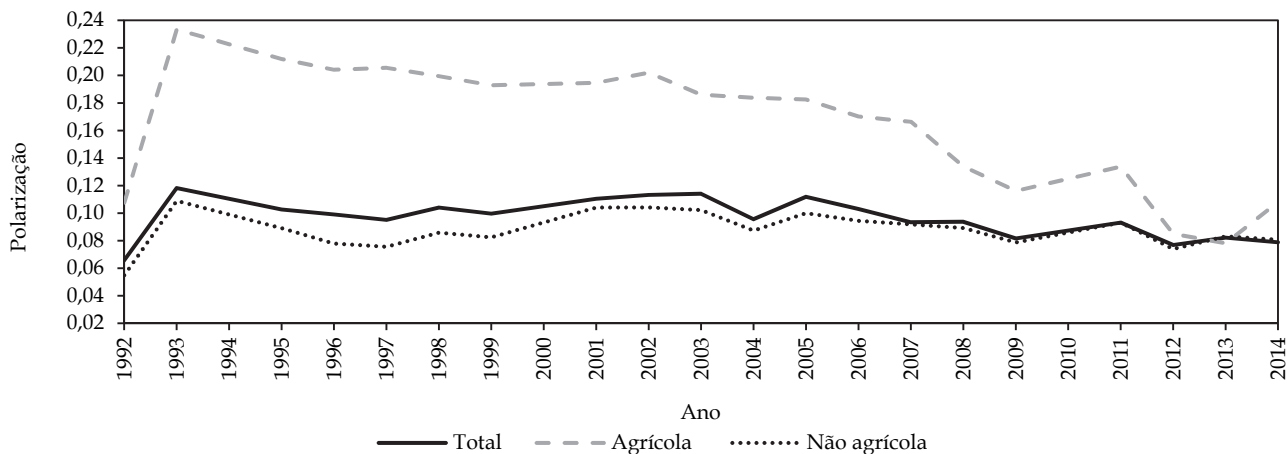
**Figura 10** - Evolução da Participação, na Renda Total, dos 25% Mais Pobres (25-) da Distribuição do Rendimento do Trabalho por Pessoa Ocupada, Total, Setor Agrícola e Setor Não Agrícola, Brasil, 1992 a 2014.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE (1992-2014).



**Figura 11** - Evolução da Medida de Polarização de Wolfson para a Distribuição do Rendimento do Trabalho, Total, Setor Agrícola e Setor Não Agrícola, Brasil, 1992 a 2014.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE (1992-2014).



**Figura 12** - Evolução da Polarização entre o Vigésimo Mais Rico e os Demais 95%, Utilizando o T de Theil, Brasil, 1992 a 2014.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE (1992-2014).



Decompondo o  $T$  de Theil, verifica-se que, em 2002, no setor agrícola, nada menos do que 62,8% da desigualdade total correspondia à desigualdade entre o vigésimo mais rico e os 95% restantes. No setor não agrícola, essa participação era bem menor (58,6%), fazendo com que a polarização entre esses dois grupos fosse muito maior no setor agrícola, como se observa na figura 12. De 2002 a 2014, a desigualdade cai nos dois setores, com o  $T$  do setor agrícola passando de 0,787 para 0,600 e o  $T$  do setor não agrícola caindo de 0,609 para 0,481. Ao mesmo tempo, a participação da desigualdade entre os dois grupos na desigualdade total cai substancialmente no setor agrícola (de 62,8% para 59,0%), mas fica relativamente estável no setor não agrícola (passando de 58,6% para 58,4%), fazendo com que a queda da polarização seja mais rápida no setor agrícola, como mostra a figura 12. É interessante notar que no setor agrícola, em 2002, a desigualdade dentro do vigésimo mais rico representava 17,9% da desigualdade total medida pelo  $T$  de Theil, ao passo que no setor não agrícola essa participação era de apenas 7,4%. Em 2014, essas participações deixaram de ser tão discrepantes: 11,4% no setor agrícola e 10,2% no setor não agrícola.

#### 4 - CONDICIONANTES DAS DIFERENÇAS ENTRE DISTRIBUIÇÕES DE RENDIMENTO

Uma das explicações para a diferença de comportamento das distribuições do rendimento do trabalho nos dois setores é o papel desempenhado pelo aumento do salário mínimo (SM).

O valor real do SM mais que dobrou de 1996 a 2014, e isso contribuiu para reduzir a desigualdade da distribuição da renda no país. Mas esse efeito não foi idêntico nos dois setores.

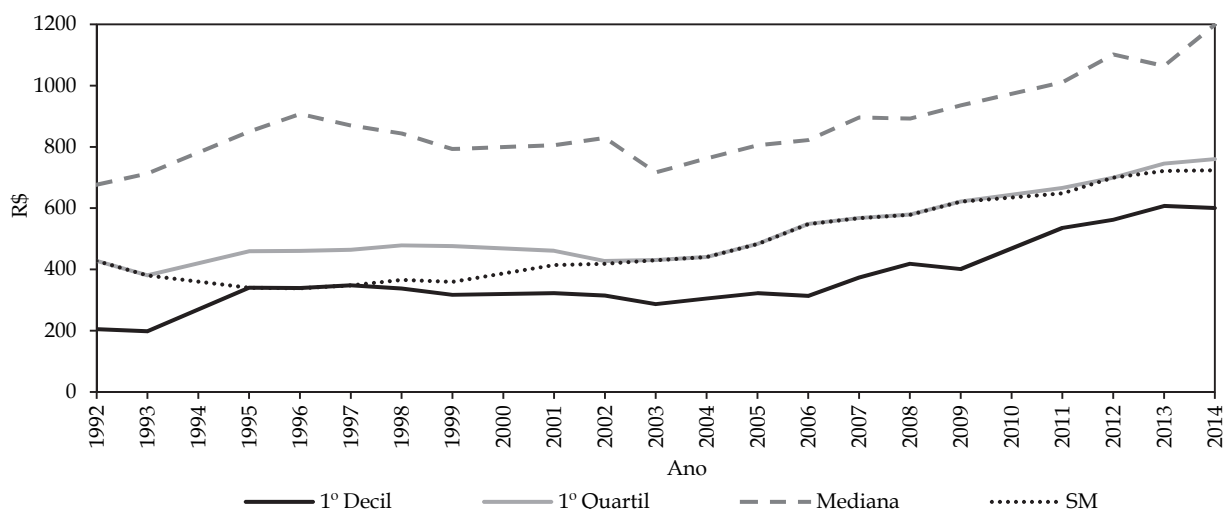
Observa-se que a partir de 2002 o SM quase sempre coincide com o primeiro quartil da distribuição do rendimento entre pessoas ocupadas no setor não agrícola (Figura 13). Contribuindo para o crescimento mais rápido dos rendimentos relativamente baixos, o aumento do SM real favorece a redução da

desigualdade, até 2014. Mas no setor agrícola, o SM, a partir de 2001, quase sempre coincide com a mediana, ou seja, no setor agrícola o SM não atua como piso para as remunerações mais baixas (Figura 14). Verifica-se que, de 1996 a 2013, período no qual ocorreu crescimento sistemático do valor real do SM no mês de referência da PNAD, a razão entre o primeiro quartil e a mediana aumentou de 0,51 para 0,70 no setor não agrícola, mas diminuiu de 0,69 para 0,50 no setor agrícola. No mesmo período, a razão entre o primeiro decil e a mediana aumenta de 0,37 para 0,57 no setor não agrícola, mas diminui de 0,38 para 0,22 no setor agrícola. Enquanto no setor não agrícola as diferenças relativas de rendimentos abaixo da mediana diminuem, no setor agrícola elas aumentam. O fenômeno é pormenorizadamente analisado para o caso dos empregados agrícolas, distinguindo os empregados permanentes dos temporários e os com carteira dos sem carteira de trabalho, em Oliveira e Hoffmann (2013).

Outra razão para o comportamento diferenciado da distribuição do rendimento do trabalho nos dois setores é sua relação com a escolaridade e sua dispersão.

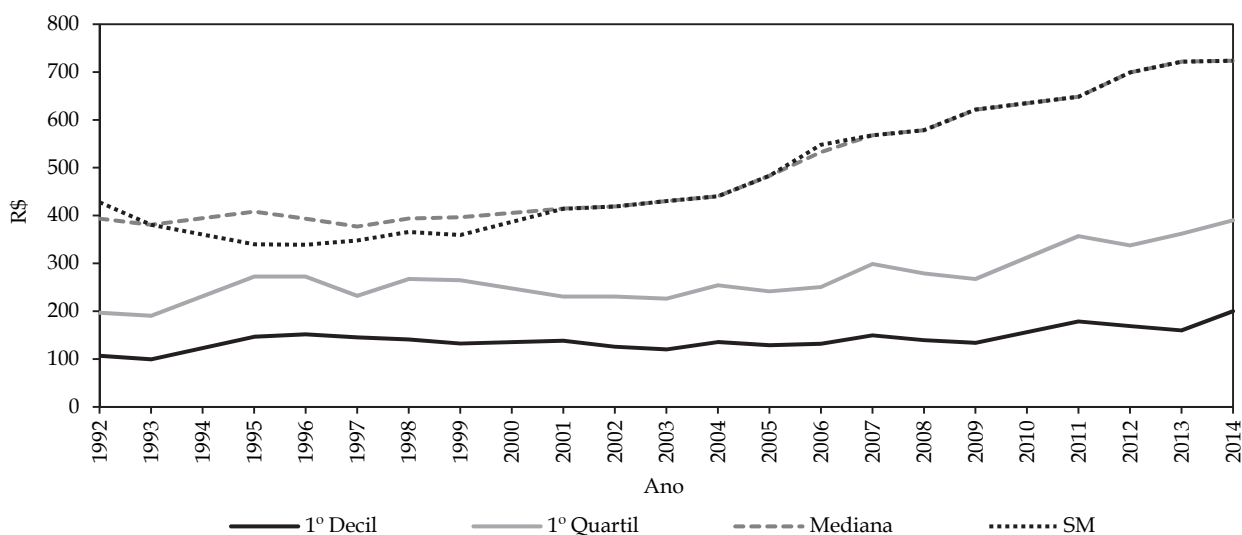
Nos dois setores a escolaridade média das pessoas ocupadas cresceu sistematicamente no período analisado. No setor agrícola cresceu de 2,3 anos em 1992 para 4,9 anos em 2014 e, no setor não agrícola, cresceu de 6,7 anos em 1992 para 9,9 anos em 2014. Mas a dispersão da escolaridade diminuiu no setor não agrícola e aumentou no setor agrícola. A diferença absoluta média - a medida de dispersão diretamente associada ao índice de Gini - da escolaridade no setor não agrícola diminuiu de 5,2 em 1992 para 4,9 em 2014, ao mesmo tempo em que no setor agrícola essa medida de dispersão cresce de 2,7 para 4,5 anos. Como a dispersão da escolaridade está diretamente associada à desigualdade da distribuição do rendimento, conforme mostram Hoffmann e Oliveira (2014), isso contribuiu para que a redução da desigualdade de rendimentos no setor agrícola fosse mais lenta.

A posse e propriedade da terra são determinantes fundamentais do rendimento na agricultura



**Figura 13** - Evolução do Salário Mínimo (SM), do 1º Quartil e da Mediana da Distribuição do Rendimento do Trabalho no Setor Não Agrícola, Brasil, 1992 a 2014.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE (1992-2014).



**Figura 14** - Evolução do Salário Mínimo (SM), do 1º Decil, do 1º Quartil e da Mediana da Distribuição do Rendimento do Trabalho no Setor Agrícola, Brasil, 1992 a 2014.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE (1992-2014).

brasileira, como já mostrou Fishlow (1973) e foi reconfirmado em vários artigos mais recentes (NEY; HOFFMANN, 2003a, 2003b; HOFFMANN, 2011). A forte concentração no topo da distribuição da renda no setor agrícola certamente está associada à característica semelhante na distribuição da posse da terra. Mas não há razões para acreditar que a propriedade do capital seja menos concentrada no setor não agrícola.

Outra razão para a diferença de forma das

distribuições do rendimento nos dois setores é a maior importância que tem nas atividades não agrícolas o conjunto de ocupações que Wright Mills, em obra clássica de 1966, batizou de *white collar* (MILLS, 1969). A nova classe média dos “colarinhos brancos” é mais relevante na indústria do que na agricultura, e é ainda muito mais importante no setor de serviços.

A figura 2 mostra a tendência decrescente da participação do setor agrícola no total de pessoas

ocupadas. A amostra depurada utilizada neste artigo representa uma população que cresceu de 52,3 milhões em 1992 para 84,3 milhões em 2014. Nesse período, a população ocupada no setor agrícola caiu de 9,3 para 7,1 milhões, enquanto o número de ocupados no setor não agrícola cresceu de 43,0 para 77,2 milhões. Continua, portanto, o processo de “migração” de ocupações para fora do setor agrícola, associado ao êxodo rural, estimulado pelo fato de o rendimento médio do trabalho ser maior no setor não agrícola. Como a probabilidade de migrar é maior para os jovens, isso se reflete na idade média das pessoas ocupadas, que permanece cerca de cinco anos maior no setor agrícola do que no setor não agrícola. Nos dois setores essa idade é crescente. No setor não agrícola ela passou de 33,7 anos em 1992 para 38,0 anos em 2014, enquanto no setor agrícola cresceu de 38,2 para 42,9 anos. A diferença a favor do setor agrícola ultrapassou os 5,3 anos em 1997, 2001, 2011 e 2013.

## 5 - DESIGUALDADE ENTRE 6 REGIÕES E ENTRE 27 UNIDADES DA FEDERAÇÃO

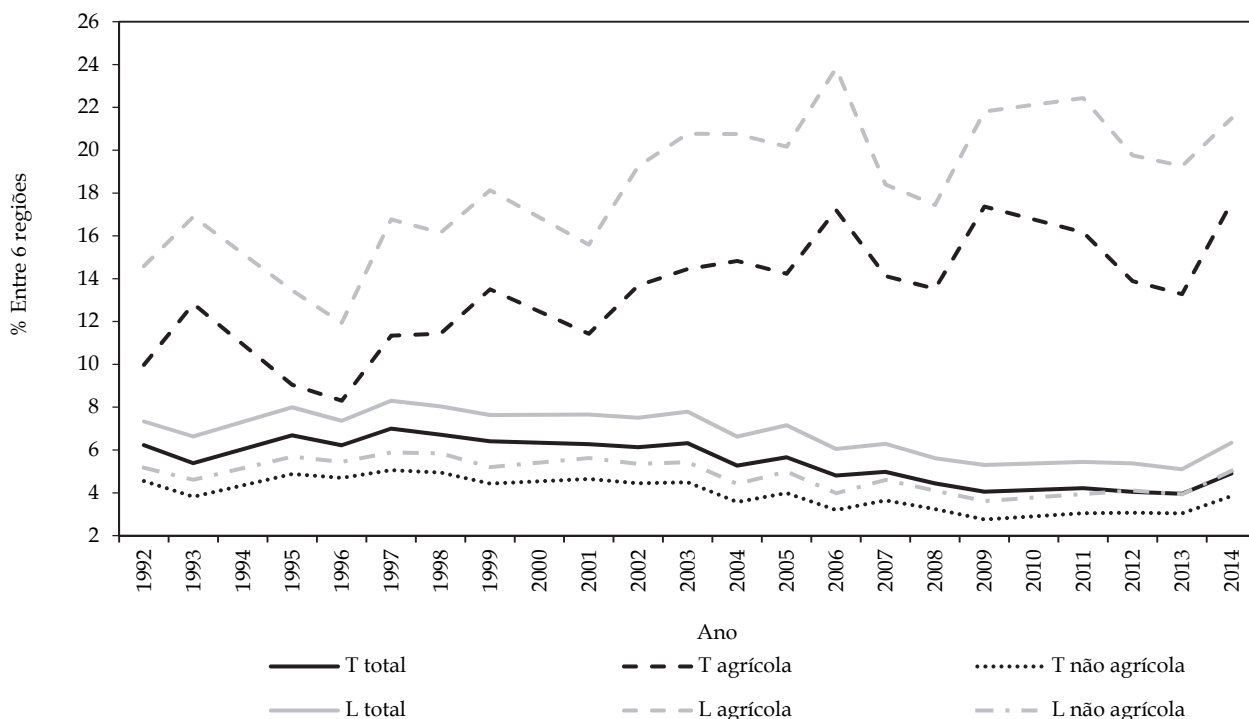
Vimos que a desigualdade da distribuição do rendimento entre pessoas ocupadas no Brasil mostra clara tendência decrescente no período analisado. Mas a desigualdade entre seis regiões (Norte, Nordeste, Sudeste exclusive São Paulo, São Paulo, Sul e Centro-Oeste) ou entre as 27 unidades da Federação cai mais depressa, de maneira que a participação da desigualdade inter-regional (ou entre as 27 unidades da Federação) na desigualdade total ainda mostra tendência decrescente, como mostram as figuras 15 e 16. Isso é verdade quando se considera toda a população de pessoas ocupadas ou apenas os ocupados no setor não agrícola; mas quando se considera a população de ocupados no setor agrícola, ocorre o contrário, ou seja, a participação da desigualdade inter-regional (ou entre 27 unidades da

Federação) na desigualdade total mostra tendência crescente (Figuras 15 e 16).

Em 2014 a desigualdade entre seis regiões e a desigualdade entre as 27 unidades da Federação corresponderam, respectivamente, a 4,9% e 6,0% do  $T$  total. Para o  $L$  de Theil, essas porcentagens são de 6,3% e 7,6%. Nota-se que a desigualdade entre as 27 unidades da Federação representa uma porcentagem relativamente pequena da desigualdade total. E é extraordinário que a divisão em 27 unidades capte apenas um pouco a mais da desigualdade do que a divisão em apenas seis regiões.

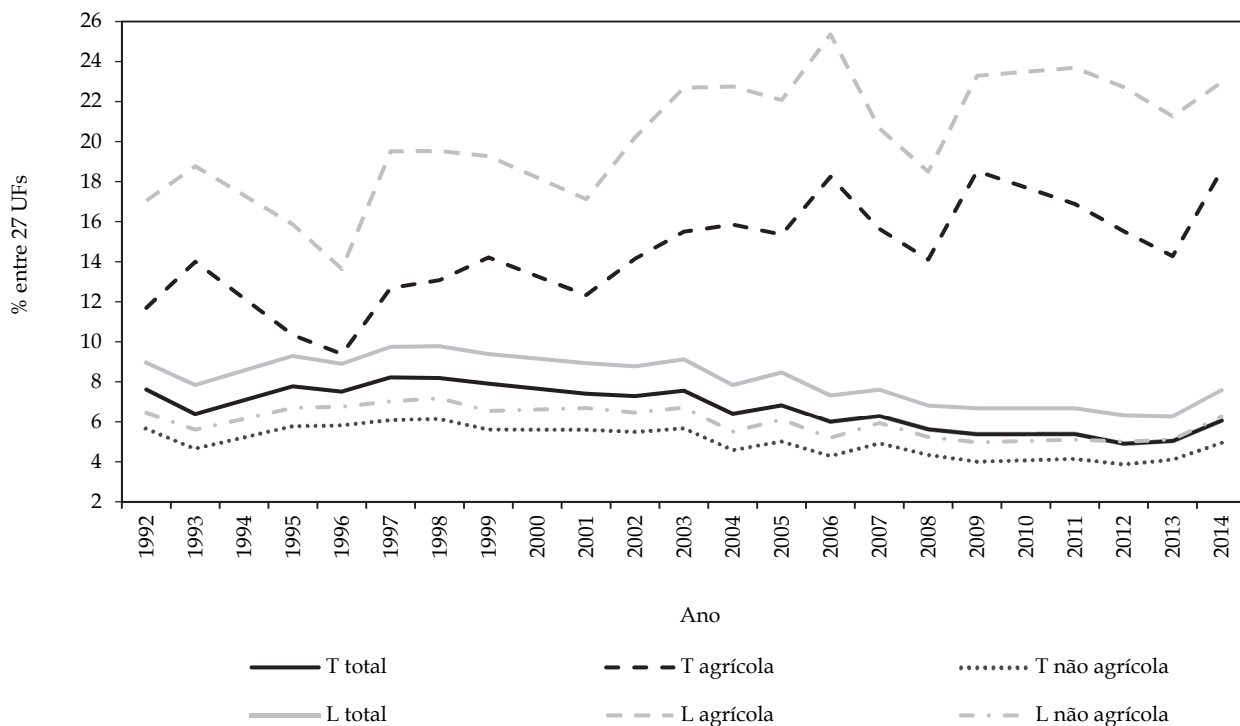
As figuras 17 e 18 permitem visualizar a posição relativa de cada região. Elas mostram a evolução das rendas relativas, definidas como a razão entre a renda média na região e a renda média no Brasil. Para facilitar a comparação, foi mantida a mesma escala nessas duas figuras. Percebe-se, na figura 17, referente às pessoas ocupadas no setor não agrícola, a dispersão menor do que na figura 18, referente às pessoas ocupadas no setor agrícola. Além disso, na figura 17 observa-se uma redução da dispersão ao longo do período (com destaque para a convergência da renda relativa de SP), o que não ocorre na figura 18.

Nota-se, na figura 18, a posição de destaque da região Centro-Oeste, certamente associada a uma agropecuária altamente mecanizada e com elevada produtividade do trabalho. Mas, na figura 17 também se nota que a renda relativa da região Centro-Oeste cresce, alcançando o mesmo nível que São Paulo. Nesse caso, o fenômeno se deve essencialmente ao fato de a região Centro-Oeste incluir o Distrito Federal, cuja renda relativa no setor não agrícola é excepcionalmente elevada e com tendência crescente no período, como mostra a figura 19. Isso está associado, obviamente, à grande proporção de funcionários públicos do alto escalão em Brasília. Em 2014, na população analisada para todo o país, cerca de 8% é de militares ou funcionários públicos estatutários; entretanto, no Distrito Federal essa proporção é de quase 17%.



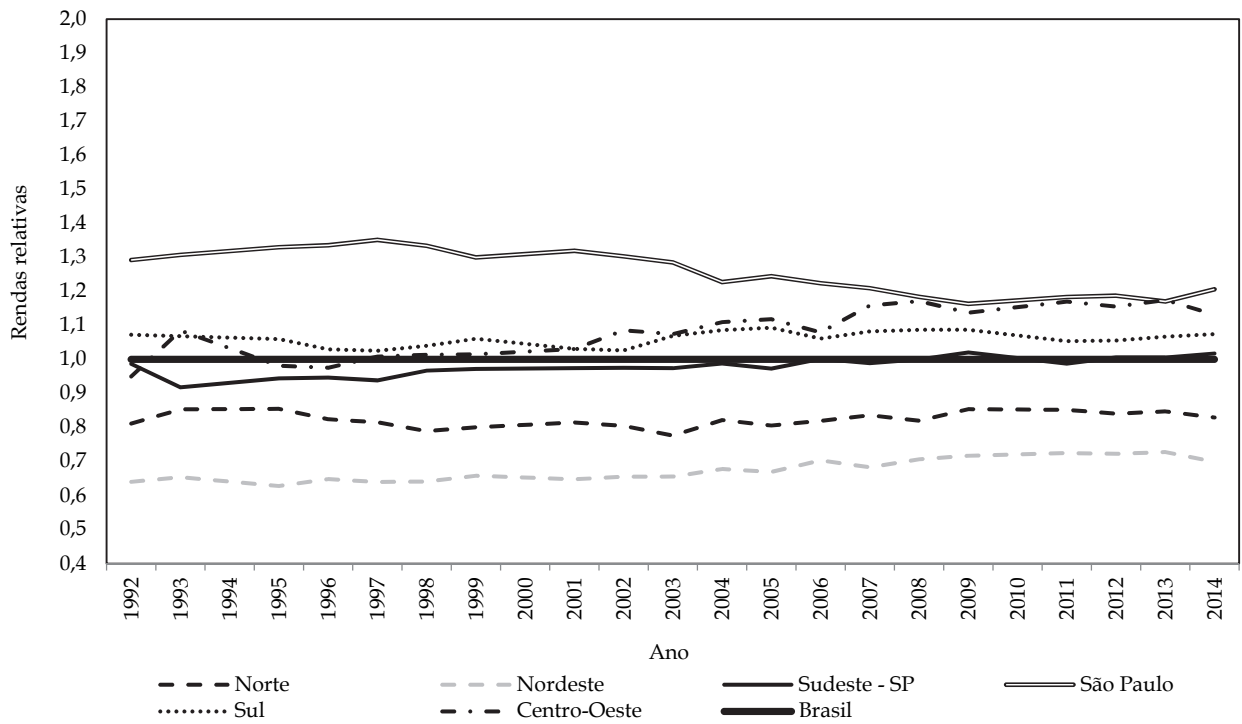
**Figura 15** - A Desigualdade entre Seis Regiões como Porcentagem da Desigualdade Total da Distribuição do Rendimento entre Pessoas Ocupadas, Conforme as Medidas T e L de Theil, Brasil, 1992 a 2014.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE (1992-2014).



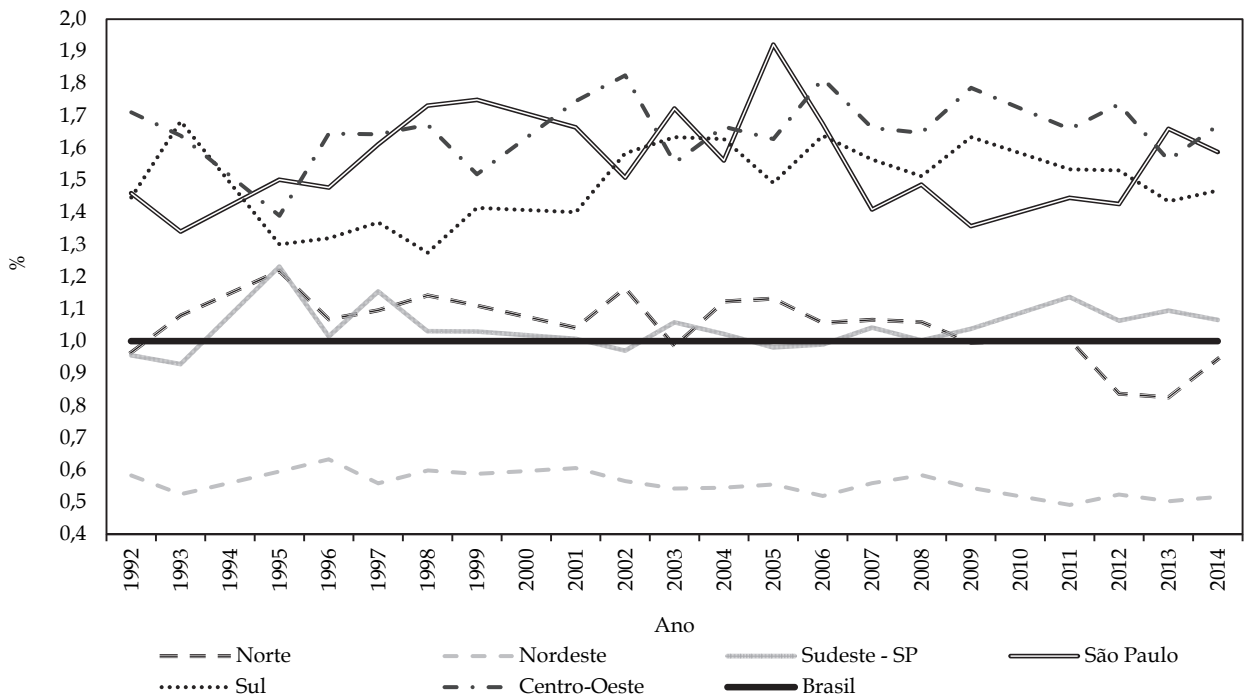
**Figura 16** - A Desigualdade entre 27 Unidades da Federação como Porcentagem da Desigualdade Total da Distribuição do Rendimento entre Pessoas Ocupadas, Conforme as Medidas T e L de Theil, Brasil, 1992 a 2014.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE (1992-2014).



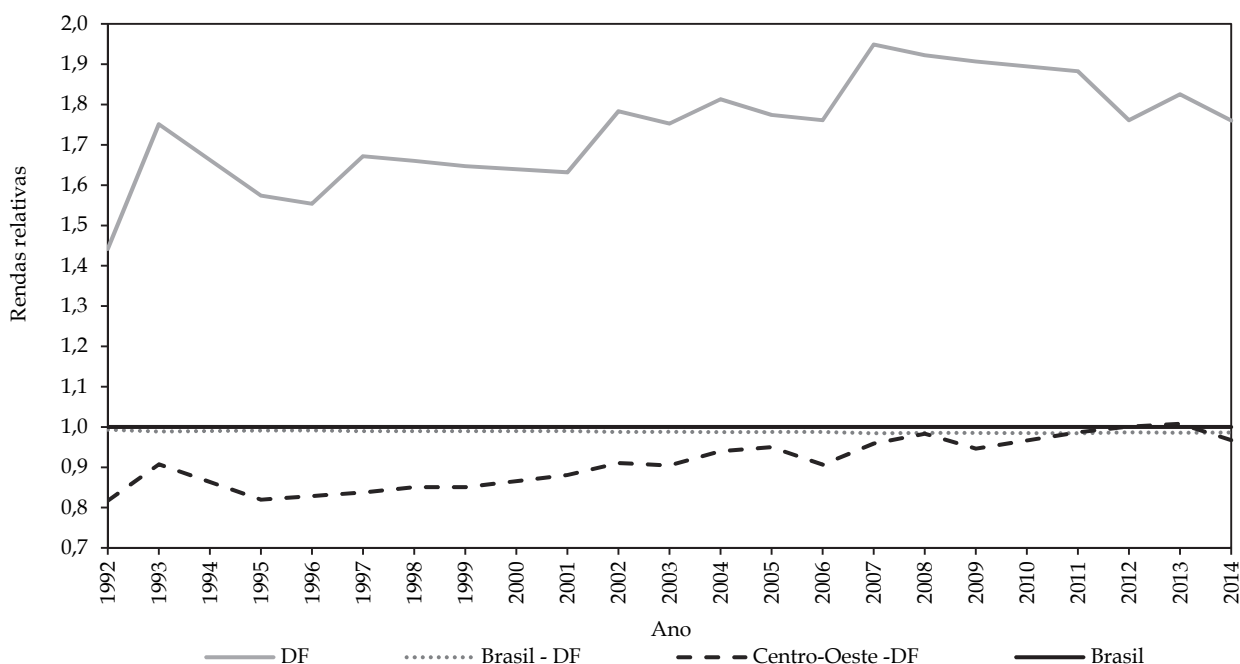
**Figura 17** - Evolução das Rendas Relativas de Seis Regiões do Brasil, para o Rendimento das Pessoas Ocupadas no Setor Não Agrícola 1992 a 2014.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE (1992-2014).



**Figura 18** - Evolução das Rendas Relativas de Seis Regiões do Brasil, para o Rendimento das Pessoas Ocupadas no Setor Agrícola, 1992 a 2014.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE (1992-2014).



**Figura 19** - Evolução das Rendas Relativas do Distrito Federal (DF), do Centro-Oeste Exclusive DF e do Brasil Exclusive DF para as Pessoas Ocupadas no Setor Não Agrícola.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE (1992-2014).

## 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados da PNAD de 1992 a 2014, referentes à distribuição do rendimento de todos os trabalhos entre pessoas ocupadas, permite constatar que no setor não agrícola a desigualdade caiu sistematicamente desde 1993. No setor agrícola, entretanto, a redução da desigualdade é claramente mais lenta e pode ser considerada estável no período de 1997 a 2014.

A distribuição da renda no setor agrícola se caracteriza por forte concentração no topo. Embora a distribuição da posse da terra seja um condicionante fundamental da distribuição da renda agrícola, a elevada desigualdade da distribuição da posse da terra não é, necessariamente, a explicação para aquela maior concentração no topo da distribuição da renda, pois não há indicação de que a concentração do capital no setor não agrícola seja menor do que no agrícola.

Quando se considera a divisão da distribuição da renda em duas metades, a polarização foi, geralmente, menor no setor agrícola do que no setor não agrícola. Por outro lado, a polarização foi, geralmente, maior no setor agrícola quando se consideram

os dois estratos delimitados pelo 95º percentil. Curiosamente, essas duas medidas de polarização se tornam semelhantes nos dois setores no final do período analisado.

Foi constatada, também, uma nítida diferença entre os dois setores em relação à desigualdade inter-regional, que mostra tendência decrescente no setor não agrícola e tendência crescente no setor agrícola.

O fato de a escolaridade média ser mais baixa no setor agrícola, associada ao comportamento diferente da dispersão da escolaridade, que está diminuindo no setor não agrícola, mas que cresce no setor agrícola, e também o papel diferente exercido pelo salário mínimo foram apontados como explicações parciais das diferenças de comportamento das distribuições do rendimento do trabalho nos dois setores. Foi assinalado, além disso, que os dois setores diferem muito no que se refere à natureza das ocupações, sendo que no setor agrícola é muito menor a participação das ocupações associadas à nova classe média de Mills (1969). Certamente ainda falta muito para explicar adequadamente aquelas diferenças de comportamento das duas distribuições de rendimento.

## LITERATURA CITADA

FISHLOW, A. Distribuição de renda no Brasil: um novo exame. **Dados**: revista do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 11, p. 10-80, 1973.

HOFFMANN, R. A subdeclaração dos rendimentos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 50-54, jan./mar. 1988.

\_\_\_\_\_. Polarização da distribuição de renda no Brasil. **Revista Econômica**, Niterói, v. 10, n. 2, p. 169-186, dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Distribuição da renda agrícola e sua contribuição para a desigualdade de renda no Brasil. **Política Agrícola**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 5-22, abr./maio/jun. 2011. Ver, também, errata do autor: **Política Agrícola**, Brasília, v. 21, n. 3, p.131, jul./ago./set. 2012.

\_\_\_\_\_.; OLIVEIRA, R. B. The evolution of income distribution in Brazil in the agricultural and the non-agricultural sectors. **World Journal of Agricultural Research**, Vol. 2, Issue 5, pp. 192-204, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992-2014.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. A. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 971-986, 2015a.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012. **Revistas de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 7-36, 2015b.

MILLS, C. W. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. 380 p.

NEY, M. G.; HOFFMANN, R. Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra. **Economia**, Niterói, v. 4, n. 1, p. 113-152, jan./jun. 2003a.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. Origem familiar e desigualdade de renda na agricultura. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 541-572, dez. 2003b.

OLIVEIRA, R. B.; HOFFMANN, R. Desigualdade de rendimentos entre os empregados da agricultura brasileira de 1992 a 2009: o efeito do salário mínimo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 125-144, jan./mar. 2013.

---

Recebido em 12/07/2016. Liberado para publicação em 30/03/2017.